



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado dia 22 de março.

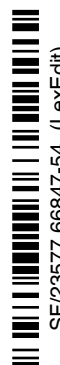
Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA);
- representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);
- representante da Oceana;
- representante da Organização de Conservação da Terra (OCT);
- a Senhora Patrícia Boson, Especialista em Recursos Hídricos.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial da Água é celebrado, anualmente, em 22 de março. A data foi criada durante a Eco 92, primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como forma de trazer atenção aos temas que se relacionam com a gestão desse recurso.

A água é um bem essencial à vida. É objetivo de nossa Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997) “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”.



No entanto, as estratégias de gestão dos recursos hídricos adotadas em todo planeta têm levado à sua escassez em diversas localidades, sobretudo àquelas mais suscetíveis a processos de desertificação causados pela mudança do clima.

O uso irracional e indiscriminado dos recursos hídricos, ausência de saneamento básico, coleta deficitária de resíduos sólidos, contaminação por agrotóxicos, a má distribuição deste recurso, são fatores que contribuem para um crescente cenário de escassez hídrica em todo planeta.

A Bloomberg Green, plataforma sobre dados relacionados à emissões de carbono e florestas, noticiou que a água juntou-se a commodities negociadas em Wall Street, como soja e trigo. Este feito decorre da percepção e aumento da escassez hídrica nos EUA, levando a um processo de “commoditização” deste recurso essencial à vida.

Há também um fator importante atrelado aos recursos hídricos no território brasileiro. A produção de água, por assim dizer, está diretamente relacionada à conservação dos ambientes naturais. A exemplo, a estrutura florestal de todo bioma amazônico produz, diariamente, 20 bilhões de litros de água pelo processo de evapotranspiração das árvores. Essa água, conhecida como “rios voadores”, percorre o oeste do país e abastece os principais aquíferos do sul e sudeste.

Pesquisa divulgada pelo projeto MapBiomas apontou que está ocorrendo uma redução na área total de lâminas d’água, em todo país. Na Bacia do rio São Francisco, por exemplo, essa perda equivale a 50% da superfície de água natural entre 1985 e 2020.

Há, portanto, uma série de desafios a serem superados para que possamos, de fato, garantir a todos o acesso à água potável, essencial à todo tipo de vida sobre o planeta Terra.

Segundo António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, “nesse ano, a Conferência da Água da ONU deve resultar em uma ousada Agenda de Ação pela Água que dê à força vital do nosso mundo o compromisso que ela merece.” A Conferência acontece entre os dias 22 e 24 de março de 2023, em Nova York.

Ainda, lembramos que o Objetivo Número 6, dos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituídos no âmbito das Nações Unidas, trata de “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”.

Dentre as metas do ODS 6, estão:

- até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;
- até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;
- até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;
- até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

- até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

Cientes de que há muito a se discutir para aprimorarmos nossos modelos de gestão dos recursos hídricos, no Brasil e no mundo, de forma a garantir às presentes e futuras gerações o acesso gratuito à água limpa e potável, propomos a realização da presente audiência pública.

Sala da Comissão, 14 de março de 2023.

Senadora Leila Barros
(PDT - DF)
Presidente da Comissão de Meio Ambiente